



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ofício nº 953/2017/SEMUS/GAB

Vitória, 09 de agosto de 2017.

Prezada Senhora,

Em resposta ao Ofício nº 080/2017 que encaminha o Relatório de Auditoria Ordinária de Conformidade nº 05/2017 para avaliação das constatações apresentadas no referido documento, segue considerações relativas aos seguintes itens:

**1.1 - Fiscal cadastrada como gestora do contrato**

Conforme se verifica na redação do próprio contrato, a fiscal à época era a Sra. Ana Beatriz Traba, Coordenadora da Atenção especializada, tendo como Gestora, a então Gerente de Atenção à Saúde, Sra. Solange da Costa Debortoli Neves.

Houve um equívoco no cadastramento das informações no sistema ContratosWeb, que já corrigimos e, antes mesmo deste relatório, que recomenda o aperfeiçoamento das nossas rotinas de inserção de dados no sistema ContratosWeb, com vistas a evitarmos a inclusão de informações equivocadas, adotamos como providência incluir na redação de todos os novos contratos o nome do fiscal e do gestor do contrato, evitando assim o cadastramento incorreto de informações.

RECEBIDO NA CGM/EA  
Data: 10/08/17 Hora: 13:40  
Nome: Drummond

À Senhora  
**Raquel Ferreira Drummond de Aguiar**  
Controladora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ofício nº 953/2017/SEMUS/GAB

**1.2 - Inconsistências apuradas na produção de atendimento**

Quanto às "glosas" a que se refere o subitem 1.2 informamos, conforme consta nos autos do processo nº 6989383/2016, extensivo aos demais processos, que a análise da produção é feita com base em relatórios de dois sistemas distintos de informação: Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e o Sistema de Regulação (SISREG). O fato do Sistema SIA/SUS não ter feito a leitura do n.º do Cartão Nacional de Saúde (CNS) do profissional, não significa dizer que o serviço não fora executado, tendo em vista que a confirmação do atendimento é aferida no SISREG (toda prestação de serviço assistencial de média complexidade é regulada pelo sistema). Conforme expressamente atestado pelo fiscal do contrato, os serviços constantes das Notas Fiscais foram devidamente executados, não havendo quaisquer falhas do prestador, tratando-se de uma inconsistência na leitura do Sistema SIA/SUS. Ressalta-se que a leitura não se deve à desatualização do CNS do profissional, pois os mesmos estão devidamente atualizados dentro do referido sistema. Quando há dados desatualizados, o SIA/SUS apresenta mensagem sobre o dado criticado. Esclarecemos que o SIA, o CNS, o SISREG e CNES são sistemas de gestão do Ministério da Saúde.

**1.3 - Outras disfunções identificadas**

a) Os documentos foram devidamente autenticados e foram tomadas providências alertando a equipe quanto à conferência de todos os documentos apresentados pela contratada.

b) Em que pese não ter sido colacionado aos autos, tomou-se como referência para a não exigência dos comprovantes de recolhimento, os Acórdãos nº 006/2006 e 002/2007, de 20/02/2006 e 10/01/2007, respectivamente, emitidos pelo Colegiado da Procuradoria Geral do Município e homologados pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em especial o segundo, que esclarece que a prova de quitação com o PIS e a COFINS a que a Lei 4.194/95, bem como as certidões a que alude o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fl. 02 - Ofício nº 953/2017/SEMUS/GAB

Acórdão 006/06, aplicam-se integralmente aos contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra, o que não é o caso do contrato em tela.

c) O Check List foi integralmente preenchido, tendo sido a equipe responsável por sua emissão, orientada para o correto preenchimento de todos os campos, evitando erros futuros.

d) Constatou-se que houve erro formal de digitação, tendo sido a equipe responsável por sua emissão, orientada para o correto preenchimento de todos os campos, evitando erros futuros, inclusive no verso dos respectivos documentos o próprio servidor que os emitiu procedeu à correta inserção dos números corretos no processo.

e) O processo foi devidamente renumerado, conforme itens 8.3.4 e 8.3.6 do Manual de Procedimentos para Manuseio de Processos Administrativos.

Para subsidiar as informações prestadas, anexamos cópia dos documentos abaixo relacionados:

- Lei nº 4194/1995
- Portaria Conjunta CGM/PGM nº 001/2007
- Acórdão nº 006/2006
- Acórdão nº 002/2007

Atenciosamente,

**Cátia Cristina Vieira Lisboa**  
Secretária Municipal de Saúde